



# Japão em choque

Assassinato do ex-primeiro-ministro Shinzo Abe, durante comício na cidade de Nara (oeste), comove o país e o planeta. Autor do atentado usou arma artesanal para matar e foi preso no local pelos seguranças. Especialistas avaliam legado do ex-chefe de governo

» RODRIGO CRAVEIRO

Em 20 de fevereiro de 2013, Shinzo Abe afirmou: “É minha convicção que os políticos não deveriam entrar no reino da história; em vez disso, devem adotar uma perspectiva orientada ao futuro”. Às 11h30 de ontem (23h30 de quinta-feira em Brasília), dois tiros disparados pelas costas calaram para sempre o ex-premiê do Japão, roubaram-lhe o futuro e o lançaram na história como o primeiro ex-governante assassinado desde a década de 1930. O atentado ocorreu no momento em que Abe discursava, durante campanha eleitoral em Nara, 480km a oeste de Tóquio. Aos 67 anos, Abe — ex-líder do Partido Liberal Democrata (LDP) e o mais longo, e carismático, chefe de governo do país (2006 e 2007 e 2012-2020) — sofreu uma parada cardíaca quando era levado ao hospital, às 12h20. Menos de cinco horas depois, às 17h03, foi declarado morto. O assassinato provocou uma onda de comoção no Japão e no mundo.

De acordo com a polícia, o assassino confessou é Tetsuya Yamagami, 41, um desempregado que vivia em Nara e alimentava ranco “contra uma determinada organização”, da qual ele acreditava que Abe fizesse parte. Câmeras flagraram o atentado. Nas imagens, Abe discursava, no meio da rua, observado por pelo menos dois seguranças, posicionados a alguns metros dele.

Após o primeiro tiro, ele permanece impassível. Depois de alguns segundos, se vira, volta a ser alvejado no pescoço e cai no chão. Um dos seguranças coloca uma pasta à frente do ex-premiê. Imediatamente, outros homens derrubam Yamagami e o imobilizam. “O primeiro tiro soou como uma arma de brinquedo. Ele (Abe) não caiu, mas então aconteceu um estrondo alto. O segundo tiro foi mais visível, dava para ver a explosão e a fumaça”, contou uma testemunha, sob condição de anonimato, citada pela agência France-Presse.

Apenas 14 minutos depois da morte de Abe, agentes realizaram buscas no apartamento de Yamagami, onde apreenderam itens semelhantes a pistolas artesanais — o mesmo tipo de arma usada no crime. A mídia japonesa divulgou que Yamagami havia integrado a Força

de Autodefesa Marítima Japonesa, a Marinha do país. O Japão terá eleições para o Senado, amanhã, e Abe se esforçava para ajudar os candidatos do LDP.

Tão logo soube do atentado, o atual primeiro-ministro do Japão, Fumio Kishida, suspendeu a campanha eleitoral e retornou a Tóquio de helicóptero. Emocionado, o líder disse que rezou para que Abe pudesse ser salvo. “Acabo de tomar conhecimento da notícia de sua morte. Não tenho palavras. (...) Que sua alma descanse em paz”, declarou.

Professor de economia política internacional da Universidade de Tóquio, Kazuto Suzuki afirmou ao **Correio** que Abe deixa um extenso legado para os japoneses. “A mais importante façanha dele foi o ‘Abenomics’, uma estratégia de governo que revitalizou a economia japonesa em dificuldades. Embora não tenha atingido a meta de inflação, ele criou mais oportunidades de emprego, ao estimular o mercado financeiro e ao encorajar a inovação industrial, por meio do aporte financeiro de agências do governo”, explicou. Em relação aos assuntos internacionais, Abe conseguiu resgatar a Parceria Transpacífica (TPP), após Donald Trump deixar o poder. “À sombra da globalização, ele preservou o princípio do livre comércio. No campo da segurança, aprovou controversas ‘legislações de paz e de segurança’, as quais permitem a aplicação parcial da defesa coletiva.”

Segundo Suzuki, o “Abenomics” constituiu-se de “três setas”: um afrouxamento quantitativo sem precedentes, mobilização massiva dos gastos públicos e desregulamentação. “As primeiras duas foram bem-sucedidas para educar a economia e revitalizar o mercado, mas não se associaram ao aumento dos salários. Abe pediu que a comunidade empresarial aumentasse os salários para estimularem o consumo. Ele enfrentou a resistência teimosa dos burocratas para a adoção da reforma regulatória. Então, o ‘Abenomics’ foi um ‘meio sucesso’”, disse.

Por sua vez, Robert Ward — diretor do Departamento Japão do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (em Washington) — destaca o modo como Abe alçou o país como um ator internacional.

Asahi Shimbun/AFP



Ferido, Shinzo Abe aparece no chão, pouco depois do atentado: parada cardiorrespiratória a caminho do hospital

Yomiuri Shimbun/AFP



Tetsuya Yamagami é imobilizado no chão depois de disparar duas vezes

“O Japão, agora, é indispensável para balancear a influência da China no Indo-Pacífico, tanto em termos de reformas de segurança em evolução quanto de sua política econômica. Abe também realizou mudanças institucionais, ao criar o Conselho de Segurança Nacional e ao reforçar o poder do gabinete do premiê, a fim de que o Japão pudesse lidar melhor com as crescentes ameaças externas”, admitiu à reportagem.

## Repercussão

O presidente Jair Bolsonaro decretou luto oficial de três dias e afirmou receber com “extrema indignação e pesar” a notícia da morte de Abe, “líder brilhante” e “grande amigo do Brasil”. Ele denunciou a “crueldade injustificável” e defendeu rigorosa punição para o assassino. “Estamos com o Japão”, escreveu no Twitter. Em nota enviada ao **Correio**, a Embaixada do Japão em

Brasília lembrou que Abe visitou o Brasil por duas vezes, em 2014 e em 2016, e “contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento das relações” entre os dois países. Por sua vez, o Escritório Econômico Cultural de Taipei (Taiwan) em Brasília lamentou o atentado e se solidarizou com o povo japonês. “O senhor Abe sempre foi um amigo de Taiwan e grande símbolo da luta pela democracia e pela liberdade na Ásia”, afirma a nota.

Joe Biden, presidente dos EUA, classificou o assassinato de Abe de “tragédia para o Japão e para todos os que o conheceram” e se disse “estupefato e chocado”. “A violência com armas de fogo sempre marca profundamente as populações que são suas vítimas”, disse. O democrata determinou que, até o pôr-do-sol de amanhã, a bandeira dos EUA na Casa Branca e em todos os prédios públicos tremule a meio-mastro. O primeiro-ministro britânico demissionário, Boris Johnson, afirmou estar “incrivelmente triste por Shinzo Abe”. “Muitos se lembrarão da liderança mundial que ele demonstrou em tempos difíceis.” Emmanuel Macron, presidente da França, assegurou que “o Japão perde de um grande premiê, que dedicou sua vida ao seu país e trabalhou para trazer equilíbrio ao mundo”.

## Eu acho...

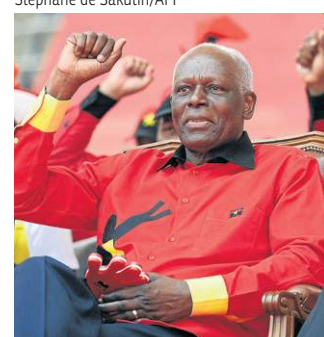


Arquivo pessoal

“A morte de Shinzo Abe terá certo impacto na política do Japão. Ele era o líder da maior facção do Partido Liberal Democrata (LDP) e adversário do premiê Fumio Kishida. Também foi o rosto dos falcões da política japonesa, além da melhor chance para aqueles que pretendiam mudar a Constituição. O grupo de falcões do LDP precisará encontrar seu sucessor, mas não há um candidato claro.”

Kazuto Suzuki, professor de economia política internacional da Universidade de Tóquio

Stephane de Sakutin/AFP



## Ex-presidente de Angola morre na Espanha

O ex-presidente angolano José Eduardo dos Santos faleceu, ontem, aos 79 anos, em um hospital de Barcelona (Espanha), onde estava internado desde 23 de junho após uma parada cardíaca. “O governo angolano informa, com grande pesar e consternação, o falecimento de Santos”, afirma um comunicado divulgado no Facebook. O Executivo angolano “se curva, com o maior respeito e consideração”, diante desta figura “histórica” que “presidiu com clareza e humanismo o destino da nação angolana durante anos muito difíceis.” O atual presidente, João Lourenço, decretou cinco dias de luto em sua memória. No início do mês, a família de Dos Santos havia informado que o ex-chefe de Estado sofreu uma “parada cardíaca” em 23 de junho e estava hospitalizado na UTI desde então.

## Conexão diplomática



por Silvio Queiroz  
silvioqueiroz.df@gmail.com

## Nosso voto na vitrine global

Nas entrelinhas das comentadas declarações feitas em Washington pelo ministro do STF Edson Fachin, o que se lê é que o transcurso e — mais ainda — o desfecho e os desdobramentos da eleição presidencial de outubro estão no radar do establishment político e econômico dos EUA. Fachin falou a convite do Brazil Institute, braço da divisão de América Latina no Wilson Center — o único que o think tank mantém especificamente para acompanhar um país específico da região.

Como é recorrente em temas de relações internacionais, marcadamente naqueles que envolvem política interna, é a fala do ministro que acaba expõe os interesses e preocupações dos ouvintes. No caso, o tom foi de alerta e invocou um episódio recente — e traumático — da história recente dos EUA. Fachin admitiu a possibilidade de que o Brasil enfrente, no intervalo entre a disputa pelo Planalto e o início do próximo mandato, “um episódio

ainda mais agravado” que a tentativa de invasão do Capitólio, em janeiro de 2021, por partidários de Donald Trump inconformados com a derrota do presidente nas urnas.

Faltou apenas a menção explícita a Jair Bolsonaro, admirador e partidário fervoroso de Trump — a ponto de ter declarado apoio a ele no pleito de novembro de 2020. Assim como o aliado, o presidente brasileiro e seu círculo mais próximo têm reiterado, a intervalos regulares, as suspeitas sobre as urnas eletrônicas e a sugestão de que podem não reconhecer como legítimo um resultado desfavorável.

## Nas cabeças e nas bocas

Sinais de atenção e preocupação com o cenário no Brasil se repetem e se multiplicam na capital do Tio Sam, e reverberam em diferentes esferas e escalões. O tema frequente conversas e avaliações no Departamento de Estado,

circula entre setores econômicos e, naturalmente, se insinuam também no Congresso. Deputados e senadores do Partido Democrata (governista) manifestaram seus receios em mais de uma ocasião. Agora, sinalizam até com possíveis repercussões para as parcerias bilaterais, na proporção do que possa sobreviver aos resultados anunciados por aqui em 2 ou 30 de outubro.

## Nome aos bois

Em outra frente que coloca o país na berlinda internacional, o último movimento reforça o alarme sobre os avanços do crime organizado na Amazônia — em particular, na porção brasileira da floresta. A Polícia Federal anunciou, ontem, a prisão do suposto mandante do assassinato do indígenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, um mês atrás, na região do Vale do Javari (AM).

Rubens Villar Coelho se apresentou

à PF em Tabatinga, na tríplice fronteira com Peru e Colômbia, e foi flagrado por exibir documentos falsos. Segundo as informações iniciais, teria cidadania peruana, embora atenda pelo apelido de “Colômbia” — talvez por ter nascido em Letícia, cidade-gêmea de Tabatinga, do lado colombiano da divisa. Certo é que Villar é apontado como operador de um esquema pelo qual fornece a facções criminosas brasileira drogas com origem nos países vizinhos. Lavava as receitas do narcotráfico na pesca ilegal de pirarucu e na captura de tartarugas traçajás — justamente a atividade exercida pelos suspeitos de executar Bruno e Dom.

A investigação completa e independente do episódio motivou uma moção do Parlamento Europeu endereçada ao governo brasileiro.

## Ainda que tarde

Passados mais de 30 anos desde o fim da ditadura do general Augusto Pinochet (1973-1990), o Chile caminha para aprovar e promulgar uma nova Constituição destinada a substituir o

texto legado pelo regime autoritário. O projeto para a nova Carta foi concluído nesta semana pela Constituinte eleita há um ano, como desdobramento da onda de protestos que varreu o país nos últimos meses de 2019 — e não cedeu mesmo com a chegada da pandemia.

O texto será debatido pelos cidadãos nos próximos dois meses e irá a votação em 4 de setembro — exatos dois meses depois de ter sido aprovado pelos constituintes. Define o Chile como um Estado plurinacional, reconhecimento conquistado pela participação no processo de representantes dos indígenas mapuches. Extingue a figura dos senadores vitalícios, status desfrutado pelo ex-ditador e que lhe deu imunidade.

Mais efetiva do que simbólica é a proposta de estabelecer um sistema nacional de saúde pública, o acesso universal à educação e a garantia de um sistema previdenciário “solidário”, sustentado por contribuições de trabalhadores e empregadores. Vigorava nos três setores um modelo privado, herança da política ultraliberal implantada sob a ditadura pinochetista.